

Ambiente construído e paisagem natural: desafios para a integração da natureza no processo de preservação do centro histórico de Tiradentes, MG

Built environment and Natural Landscape: challenges for integrating the environment in the preservation process of the historic district of Tiradentes, MG

Matheus Cássio Blach

Mestre em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

matheus@patrimoniocultural.com.br

Recebido em: 02/03/2020

Aprovado em: 25/03/2020

Resumo: Este artigo consiste em uma análise da delimitação da área de tombamento e de entorno do sítio histórico da cidade de Tiradentes e suas relações com a preservação ambiental, sobretudo, no que diz respeito ao processo de proteção da Serra de São José. Entre a área de preservação ambiental da Serra de São José e o sítio tombado da cidade de Tiradentes surgiram diversos conflitos sob a égide da dicotomia entre preservação ambiental e patrimônio cultural *versus* desenvolvimento urbano. Esses conflitos resultam na adoção de estratégias e práticas ilegais por parte dos proprietários, como queimadas, incêndios criminosos, obras e reformas irregulares realizadas aos domingos e feriados, quando não há fiscalização. Analisar o significado do ato de tombamento e os processos que levaram à aplicação desse instrumento, na *dita* fase heroica do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Sphan), é fundamental para uma compreensão da delimitação das áreas de proteção. O Sphan, ao selecionar o que preservar e o que “esquecer”, revelava qual o conceito de patrimônio vigente à época, possibilitando questionar os motivos que poderiam ter levado a Serra de São José a não estar inserida no plano de tombamento inicial da cidade.

Palavras-chave: Patrimônio natural; ambiente construído; Tiradentes – MG.

Abstract: This article consists of an analysis of the delimitation of the protection area of the historic district of the city of Tiradentes - Minas Gerais, Brazil - and its relationship with environmental preservation, especially with regard to the process of protecting the Serra de São José. The environmental preservation area of Serra de São José and the historic district of Tiradentes arose several conflicts under the aegis of the dichotomy between environmental preservation and cultural heritage x urban development. These conflicts result in the adoption of illegal strategies and practices carried out on Sundays and holidays when there is no inspection. Analyzing the meaning of the cultural heritage protection act and the processes that led to the application of this instrument, in the said

heroic phase of the National Historical and Artistic Heritage Service (Sphan), is fundamental for an understanding of the delimitation of the protection areas. When selecting what to preserve and what to “forget”, Sphan revealed the concept of heritage in force at the time, making it possible to question the reasons that could have led Serra de São José to not be included in the city's initial protection plan.

Keywords: Cultural heritage; Built environment; Tiradentes – MG/Brazil.

Introdução

Este artigo consiste em uma análise da delimitação da área de tombamento e da área de entorno do sítio histórico da cidade de Tiradentes e suas relações com a preservação ambiental, sobretudo, no que diz respeito ao processo de proteção da Serra de São José. O trabalho é um dos resultados do projeto de pesquisa “A via crítica do patrimônio: a atuação do Iphan em Minas Gerais (1937-1988)”¹.

As ações de preservação da Serra de São José tiveram início no final da década de 1970, em Tiradentes, frente ao temor de que aquela localidade se transformasse em terreno a ser explorado pela indústria mineradora. Mais tarde, a Serra passou a ser ameaçada, também, por empreendimentos imobiliários como pousadas e condomínios. A partir de 1979, foram construídas diversas narrativas que visavam à preservação da Serra, nas quais ora predominou um discurso ambientalista de valorização e reconhecimento de características genéticas e naturais da localidade, ora um discurso histórico de sua valorização como patrimônio cultural. Isso resultou na atribuição de diversas Unidades

¹ Este projeto de pesquisa, financiado pelo CNPQ, analisou como se processam e se fundamentam as escolhas que conformam e mantêm o *corpus* patrimonial, focalizando especificamente a atuação do Iphan em Minas Gerais, de sua fundação, em 1937 até o ano de 1988, quando se deu a promulgação da atual Constituição Federal - embora, como será possível notar ao longo do texto, o recorte desta pesquisa extrapole um pouco essa delimitação. Para isso, foi abordado, de forma comparativa, a atuação do Iphan nos diversos núcleos tombados na primeira leva de proteção, acontecida ainda nos anos 1930. O projeto parte de uma série de trabalhos monográficos produzidos em nosso grupo de pesquisa, que cada um à sua maneira, tem procurado acompanhar as trajetórias da preservação desses conjuntos, caminhando no sentido de estabelecer comparações e uma compreensão mais ampla e detalhada do processo. O projeto foi coordenado pelo Professor Doutor Leonardo Barci Castriota, professor titular do Departamento de Análise Crítica e Histórica da Arquitetura e do Urbanismo da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais e líder do grupo interdisciplinar Conservação e reabilitação urbana e arquitetônica, cadastrado no Diretório dos Grupos de Pesquisa no Brasil do CNPq. A pesquisa foi desenvolvida em 36 meses pelo grupo multidisciplinar proponente, que reúne docentes e pesquisadores de vários departamentos da Escola de Arquitetura, além de alunos da Graduação, da Especialização em Revitalização Urbana e Arquitetônica e do Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável da Universidade Federal de Minas Gerais, contando ainda com a participação de pesquisadores do Mestrado Profissional em Preservação do Patrimônio Cultural do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), da Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM) e da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

de Conservação sobrepostas à Serra de São José, além de um processo de tombamento federal que se arrasta desde 1979.

Entre a APA (Área de Proteção Ambiental) São José e o sítio tombado da cidade de Tiradentes, surgiram diversos conflitos sob a égide da dicotomia entre preservação ambiental e patrimônio cultural *versus* desenvolvimento urbano. Esses conflitos resultam na adoção de estratégias e práticas ilegais por parte dos proprietários, como queimadas, incêndios criminosos, obras e reformas irregulares realizadas aos domingos e feriados, quando não há fiscalização. Tais atos atentam contra a proteção do patrimônio cultural e contra a preservação do meio ambiente, afetando de forma negativa a paisagem cultural de Tiradentes.

Analisar o significado do ato de tombamento e os processos que levaram à aplicação deste instrumento, na dita fase heroica do Sphan, é fundamental para uma compreensão da delimitação das áreas de proteção e, posteriormente, das áreas de entorno dos sítios históricos. A trajetória e os significados atribuídos ao termo patrimônio em seus sentidos material e imaterial tornam-se relevantes em virtude de leituras e releituras de suas categorias discursivas. O Sphan, ao selecionar o que preservar e o que “esquecer”, revelava qual o conceito de patrimônio vigente à época, possibilitando compreender os motivos que poderiam ter levado a Serra de São José a não estar inserida no plano de tombamento inicial da cidade.

Para tanto, procurou-se, neste trabalho, identificar as práticas discursivas dos atores sociais que se enquadram na relação conflituosa entre desenvolvimento urbano, de um lado, e patrimônio cultural e preservação ambiental, do outro. Temas recorrentes e de fundamental importância na contemporaneidade. Sendo assim, foi consultada documentação disponível sobre a Serra de São José e a cidade de Tiradentes no arquivo da Superintendência do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em Minas Gerais. Também foi realizada consulta em fontes do acervo digitalizado do Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro, além de ter sido incorporado, oportunamente, material de pesquisa levantado entre os anos de 2010 e 2011.

Os primeiros anos do Sphan e o tombamento das cidades mineiras

Nos anos 1930, o Brasil atravessou grandes transformações e passava a receber forte influência do capitalismo industrial: ideias de avanço tecnológico, progresso e desenvolvimento econômico se

tornaram cada vez mais recorrentes. Consequentemente, tal fato acabou gerando uma mudança substancial das mentalidades dos intelectuais brasileiros em relação ao futuro do país. Como demonstrado por José Carlos Reis (2000), desde o período imperial (1822-1888), vários autores se empenharam em construir narrativas que representassem a identidade nacional brasileira. Muitos destes, apoiados pelo estado através, por exemplo, do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB) e do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), buscaram discutir questões referentes à identidade da nação e ao progresso do país. Os intelectuais brasileiros legitimaram suas afirmações “por meio de narrativas históricas e antropológicas sobre o Brasil” (GONÇALVES, 1996, p. 38). As políticas públicas voltadas para a preservação do patrimônio cultural foram ferramentas essenciais para a consolidação destas construções narrativas históricas que fizeram parte da busca pela identidade nacional.

A autoridade cultural desses intelectuais é adquirida na medida em que persuadem sua audiência, seu público, de que eles são capazes de “representar”, através do seu discurso e de sua prática à frente da política oficial de patrimônio, da maneira mais “autêntica”, a identidade da nação. (GONÇALVES, 1996, p. 37).

Maria Cecília Londres Fonseca (2005) examina a trajetória da proteção do patrimônio cultural no Brasil, a partir da atuação do Sphan, no período que se convencionou chamar de “fase heroica” da instituição. O recorte temporal coincide com o período em que Rodrigo Franco Melo de Andrade presidiu o órgão, ou seja, de sua fundação em meados da década de 1930 até 1967. Porém, como bem destaca Chuva (2009), essa denominação está relacionada com um processo de naturalização da hegemonia dos discursos de intelectuais modernistas a frente da política nacional de cultura.

Esse modo de ver é fruto, na verdade, de uma mística em torno de uma pretensa autonomia e/ou isenção política desses intelectuais [...] A história oficial, assim contada – visando, sobretudo, a não identificação dos agentes ligados ao Sphan com o regime autoritário que lhe dera origem e condições de consolidação e consagração –, dificultou o avanço das investigações sob uma ótica mais ampla que relacionasse o Sphan ao processo de criação da nação delineado no mundo moderno. (CHUVA, 2009, p. 33-34).

Assim, é a partir de um olhar mais crítico sobre esse processo que José Reginaldo Gonçalves (1996) aponta duas narrativas fundamentais das políticas patrimoniais brasileiras, por meio das quais a identidade do país foi culturalmente inventada. De acordo com o autor, em um primeiro momento, com a fundação do SPHAN em 1937, formula-se um discurso patrimonial que irá predominar até

meados de 1970. Durante este período, o órgão estava sob a administração de Rodrigo Melo Franco de Andrade, cujos pressupostos sinalizavam uma visão patrimonial pautada pelos valores estéticos, plásticos, excepcionais e materiais dos bens tombados. Posteriormente, já com o nome de IPHAN, sob a administração de Aloísio Magalhães, o instituto passa por uma renovação ideológica em que diversas premissas sobre o patrimônio e as estratégias narrativas da identidade cultural se alteraram incorporando aspectos imateriais da cultura.

No entanto, conforme destaca Fonseca (2005), a perspectiva que orientou a atuação do Sphan, nessa dita “fase heroica”, foi predominantemente estética. As propostas para salvaguarda do patrimônio nacional eram sustentadas por critérios de seleção que ressaltavam os valores artísticos excepcionais dos monumentos, além do caráter exclusivamente material dos bens, como se pode observar no artigo 1º do Decreto-Lei Nº 25 de 30 de novembro de 1937. Este artigo define como patrimônio histórico e artístico nacional “o conjunto dos bens móveis e imóveis” que representam “fatos memoráveis da história do Brasil” ou que tenham “excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico”. Desse modo, as ações de preservação do patrimônio histórico nacional buscavam dar atenção para os edifícios do período colonial em estilo barroco e para os grandes palácios do governo em estilos variados, mas que eram dotados de valor simbólico para a história política da nação.

Ao abordar os conceitos de preservação, conservação e revitalização, Leonardo Castriota (2009, p. 170) formula as seguintes características para o que denominou de “modelo da preservação”, vigente na primeira fase do Sphan: 1) É fundamentado em uma concepção de patrimônio ligado à excepcionalidade, à noção de “cultura erudita” e ao valor histórico e/ou artístico dos bens. 2) Os tipos de objetos, tomados a partir de um formato de “coleção de itens”, são edificações, estruturas e outros bens individuais. 3) O marco legal das políticas públicas ligadas a este modelo é o tombamento. 4) O principal e talvez único ator envolvido no processo de proteção e valoração dos bens é o próprio Estado e seu corpo técnico de especialistas, sobretudo, historiadores e arquitetos. 5) A ação de preservação é fundamentalmente reativa e ocupa-se de proteger os bens das vicissitudes do tempo.

No caso do Brasil, neste primeiro modelo [preservação] pertencer ao patrimônio vai ter, ao lado de um significado cultural, um significado jurídico quase único: preservar se identificava, quase exclusivamente, com “tombar”. (CASTRIOTA, 2009, p. 154).

Sendo assim, o tombamento tornou-se o principal instrumento de proteção do patrimônio cultural no Brasil, amplamente utilizado nas políticas públicas empreendidas pelos órgãos de preservação. A cidade de Tiradentes foi tombada em 1938 (Figura 1) juntamente com outras cinco cidades mineiras (Ouro Preto, Mariana, Diamantina, Serro e São João Del Rei) de características semelhantes: cidades originadas no século XVIII devido à exploração mineral e com feições arquitetônicas similares.

Figura 1: Ofício do SPHAN confirmando notificação enviada ao prefeito da cidade de Tiradentes a respeito do Tombamento



Fonte: Processo 66-T-38, página 1, Arquivo Central do Iphan no Rio de Janeiro, digitalizado pelo autor mediante autorização da entidade detentora.

O vínculo entre a política de preservação do SPHAN, o Estado e uma História oficial, foi bastante estreito e, assim como a historiografia tradicional, excluía de sua narrativa bens culturais, sujeitos e acontecimentos históricos não-pertencentes às elites (FUNARI; PELEGRINI, 2006, p. 46). Além disso, o discurso do SPHAN pressupunha relação íntima de:

[...] identificação da sociedade mineira com a origem da própria nacionalidade, apontando as Minas do século XVIII como a civilização de fato notável do passado brasileiro. (JULIÃO, 2009, p. 149).

De acordo com Chuva (2003) para os intelectuais modernistas o sentido da identidade nacional estava ligado as “origens” da História da Arte Universal que naquele período era orientada por uma

visão positivista, linear, evolucionista e eurocêntrica da historiografia. O antagonismo aparente entre um projeto modernizador e sua referência ao passado colonial se dissolveu quando se atribuiu um sentido histórico que ligava este passado barroco ao futuro moderno da nação. Buscando construir um passado histórico que revelasse a cultura brasileira como um desdobramento da civilização ocidental europeia, os intelectuais do SPHAN encontraram no Barroco o vínculo que necessitavam para, como afirmado por Márcia Chuva (2003), inserir o Brasil no mundo civilizado.

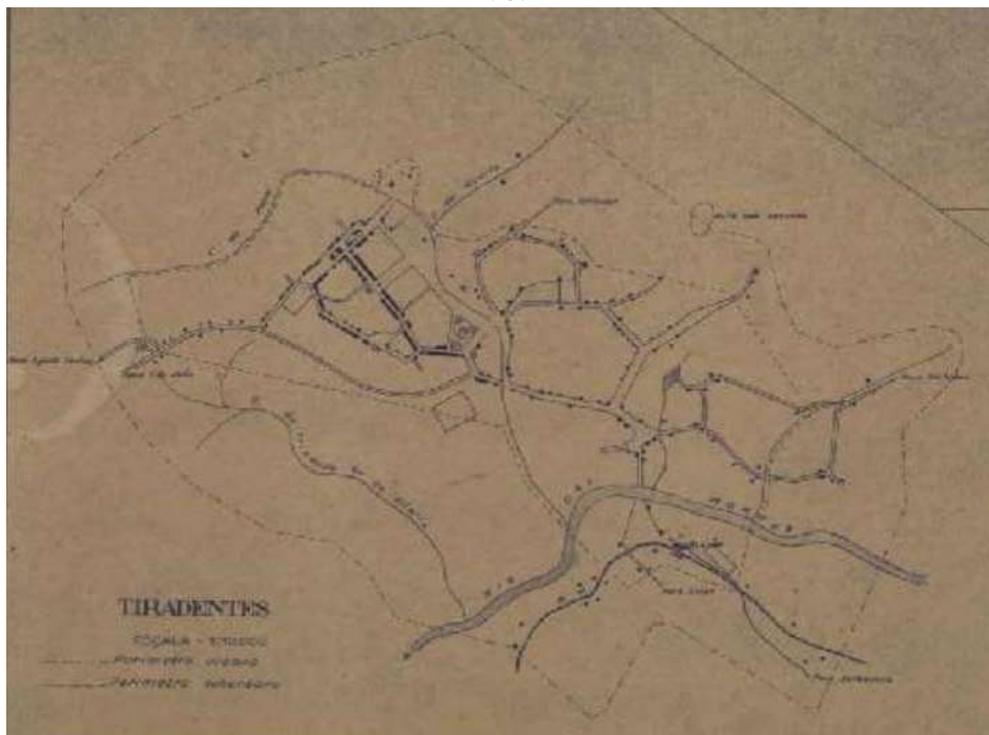
O “problema” da delimitação das áreas de tombamento e de entorno das cidades históricas

Diferente dos dias atuais, o ato de tombamento não era acompanhado de levantamentos mais aprofundados a respeito dos bens e das áreas a serem protegidas. De acordo com Fonseca (2005), o critério próprio dos técnicos era que definia os bens a serem valorizados e a legitimação da escolha advinha de sua própria autoridade. Além disso, a valoração histórica dos bens não era tomada como prioridade, permanecendo os bens inscritos no Livro do Tombo Histórico, como secundários em relação aos inscritos no livro de Belas Artes. A prioridade foi de garantir a proteção legal dos bens, como obras de arte, por meio do instrumento de tombamento, sendo que os critérios que levavam a esses tombamentos permaneceram pouco abordados. A confluência dessas características acarretou dois fatores fundamentais para a compreensão do processo de proteção da Serra de São José e dos quais decorrem diversos dos problemas identificados nas seis primeiras cidades tombadas.

O primeiro fator foi essa ausência, no início, de uma delimitação das áreas de proteção das cidades. A partir da perspectiva em que as cidades eram tomadas como obras de arte, acabadas, não se esperava que as formas urbanas fossem passar por grandes transformações. Neste sentido, a delimitação da área de tombamento coincidia com os núcleos urbanos consolidados até aquele momento, portanto, não era especificada.

A área tombada de Tiradentes em 1938, o Centro Histórico, coincide com o núcleo urbano já consolidado até aquele momento. (FIGURA 2). Uma vez que a cidade estivesse tombada, é como se tivesse protegida de influências externas, a que muitos críticos, assertivamente, atribuem as características de uma cidade “engessada”, “congelada” no tempo.

Figura 2: Recorte de mapa representando o núcleo urbano de Tiradentes consolidado em 1939



Fonte: Mapa do Estado de Minas Gerais - Município de Tiradentes; 1939; ROSCOE, Octávio / OLIVEIRA, Helena Lopes de. Arquivo Público Mineiro, digitalizado pelo autor mediante autorização da entidade detentora.

No entanto, de forma contraditória, Marina Salgado (2007) demonstra que em torno deste núcleo urbano denominado ‘Centro Histórico’ existe um processo de expansão da cidade com o surgimento de novas ruas e novos bairros. A autora demonstra, por meio de croquis, uma progressiva complexificação do tecido urbano pelo menos desde 1939. Diante de processos, semelhantes a estes, ocorrendo em diversos “sítios históricos”, o próprio IPHAN se viu frente à necessidade de adequar suas premissas a realidade das cidades tombadas que, cada vez mais, demonstravam intensa dinâmica de transformação e de ressignificação do uso e ocupação dos espaços dentro do território.

[...] a imutabilidade prevista nas formas urbanas existentes [...] não se verificou ao longo dos anos, e a atuação do IPHAN precisou se adaptar à nova realidade de crescimento urbano [...] A análise das transformações ocorridas e a complexificação da sociedade como um todo [...] resultaram na explicitação de um novo conceito de sítio histórico como um objeto urbano, em que o grande desafio é justamente conciliar a história impressa materialmente no território e as potencialidades de transformação. (BRASIL, 2007, p. 17-18).

O segundo fator a ser considerado está relacionado com a trajetória histórica do conceito de “entorno”. Com o passar dos anos, na medida em que o conceito se tornou mais complexo e abrangente, foram incorporadas noções ligadas à imaterialidade dos bens e à apropriação social. O entorno de mero suporte objetivando resguardar as áreas tombadas de centros históricos, passou a ser entendido de forma mais aprofundada no que diz respeito às suas complexidades urbanas. No entanto, nos anos iniciais do Sphan, as restrições em relação ao entorno de tombamentos estavam limitadas à questão da visibilidade dos bens acautelados, sem maior aprofundamento em temas como a ambiência, apropriação social e paisagem urbana.

Porém, ainda assim, a marcante dicotomia entre espaço a ser preservado e dinâmica de transformação própria das cidades, evidenciou o problema dos limites da expansão urbana em Tiradentes. Na medida em que a cidade desenvolveu para além do núcleo tombado, o espaço urbano foi se aproximando cada vez mais da área da Serra de São José que já encontrava-se em constante ameaça pela possibilidade de atuação de mineradoras. Entre a ameaça da mineração e da expansão urbana de Tiradentes, surgiram os primeiros debates a respeito da proteção do espaço natural, quando finalmente, foi colocada a questão sobre a Serra de São José constituir-se também como Patrimônio Cultural da cidade, embora seu pedido de tombamento ocorra em processo distinto ao da cidade e não no sentido de incorporá-la ao tombamento original.

Por fim, é preciso considerar que, somado a esses dois fatores, o processo de reconhecimento do patrimônio natural no Brasil ocorreu posteriormente a estes primeiros tombamentos que estavam exclusivamente associados à representação da arquitetura barroca no ambiente construído. Os debates a respeito do ambiente natural e sua preservação tiveram início e difusão anos mais tarde.

Meio ambiente e cultura: o patrimônio ambiental urbano

Regina Horta Duarte (2005) indica a crescente preocupação das sociedades humanas com as questões sobre meio ambiente e sua preservação. A ideia de progresso – associada ao consumo de novas tecnologias cada vez mais avançadas – é reproduzida em escalas jamais imaginadas na história. O poder de compra vincula-se ao ideal de liberdade. Através do consumo, os indivíduos atribuem identidade uns aos outros fazendo com que a prática de consumir produtos novos ou atualizados lhes mantenha em sintonia com o seu meio social. Segundo Hobsbawm (1995, p. 261): “a revolução

tecnológica entrou na consciência do consumidor em tal medida que a novidade se tornou o principal recurso de venda para tudo [...] e a crença que o *novo* equivale não só ao melhor, mas ao absolutamente revolucionário”. Este estilo de vida pautado no consumo é sustentado por meio de um discurso que defende esse cenário como necessário ao desenvolvimento econômico dos países, cujas lideranças não se isentam de glorificar possibilidades de aumento no poder de compra de seus cidadãos, o que gera empregos, estabilidade, visibilidade no mercado internacional, melhoria na qualidade de vida da população etc. (DUARTE, 2005). Entretanto, diante deste modelo consumista e desenvolvimentista, surgem problemas ecológicos gravíssimos que somente ganharam maior visibilidade nas últimas décadas.

O filósofo húngaro István Mészáros (2002) tem como uma de suas grandes inquietações as questões sobre o meio ambiente e a expansão sem limites do sistema capitalista em um mundo de recursos naturais finitos. O historiador Eric J. Hobsbawm (1995, 2007) também demonstra tal preocupação em seus textos, por exemplo, ao relacionar a busca contínua pelo crescimento econômico aos problemas do aquecimento global. Anthony Giddens (2002), sociólogo britânico, também se dedica a pesquisar as questões ambientais que emergem na contemporaneidade por meio de sua ‘teoria dos riscos’. O autor se preocupa em demonstrar, entre outras coisas, como o mundo industrial produz perigos para humanidade gerando o que ele chama de ‘fim da natureza’. No entanto, não é objetivo desta pesquisa aprofundar os trabalhos destes autores, mas sim, demonstrar como o tema ‘meio ambiente’ vem se tornando cada vez mais recorrente em distintas áreas do saber. Logo, a preocupação ambiental no âmbito científico, que é comumente relacionada com pesquisas da área da biologia, da ecologia, da geografia entre outras áreas afins, hoje interpenetra diferentes campos das Ciências Humanas e Sociais. (BLACH, 2020).

Outra característica exemplar da universalização deste tema é que cada vez mais ele aparece nos discursos de políticos; nas iniciativas não governamentais com objetivos de preservação, como o Green Peace e a WWF (World Wide Fund For Nature); em programas pedagógicos escolares de diversos países; em grandes entidades internacionais como a UNESCO (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura) e a ONU (Organização das Nações Unidas); e nas pesquisas acadêmicas de diferentes áreas agregando alto valor interdisciplinar a discussão. “Todos esses fatores citados mobilizam, portanto, nosso mundo atual” (DUARTE, 2005, p. 13-14) e tal mobilização

é percebida através de iniciativas que procuram desenvolver ferramentas e criar parâmetros para o desenvolvimento das sociedades humanas. O estilo de vida mencionado anteriormente cada vez mais se torna inviável e políticos, economistas, pesquisadores e diversos outros profissionais procuram meios de perpetuar a reprodução do sistema capitalista adaptando-o a realidade atual, mediante manutenção do equilíbrio ecológico, ou seja, utilizando os recursos naturais de modo que não se extingam e impossibilitem sua própria existência. Um exemplo destes esforços está nas discussões em torno do conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ que se torna, teoricamente, cada vez mais indispensável na elaboração de políticas de desenvolvimento nas últimas décadas.

Franz J. Brüseke (1994) demonstra que, desde os anos 1960 e 1970, de forma mais ou menos esparsa, iniciaram-se debates sobre a degradação do meio ambiente e dos limites para o desenvolvimento econômico-industrial. Desde então, foi realizada, em 1972, a primeira grande conferência internacional sobre o tema: a ‘Conferência de Estocolmo’. Neste mesmo ano ocorre a publicação da pesquisa intitulada ‘Limites do Crescimento’ por um grupo de pesquisadores denominado ‘Clube de Roma’ que propunham uma forma de conciliar o crescimento econômico com uma estabilidade ecológica, pois já previam que a lógica do crescimento, nas condições em que se encontrava, iria levar a escassez de recursos naturais em um futuro não muito distante. Nos anos seguintes, diversos outros pesquisadores propuseram modelos de ‘desenvolvimento sustentável’. Embora este termo só tenha surgido um pouco mais tarde, a ideia era bastante semelhante, por exemplo, em 1973 o canadense Maurice Strong se utiliza do conceito de ‘ecodesenvolvimento’ que foi sendo complementado no decorrer dos anos por diversos outros autores, como assinala Bruseke (1994, p. 15):

Podemos constatar, principalmente nos trabalhos de Ignacy Sachs (1973), mas também de Glaeser & Uyasulu (1984), que os debates sobre o ecodesenvolvimento prepararam a adoção posterior do desenvolvimento sustentável. Sachs usa hoje frequentemente os conceitos ecodesenvolvimento e desenvolvimento sustentável como sinônimos. (BRUSEKE, 1994, p. 15).

Já em 1987, por meio da ‘Comissão Mundial da ONU Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento’, foi elaborado o ‘Relatório Brundtland’ no qual o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’ aparece oficialmente formulado em sua versão mais recorrente na atualidade: “é desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade de as futuras

gerações satisfazerem as suas próprias necessidades.” (BRÜSEKE, 1994, p. 16). A mobilização desses órgãos internacionais diante das questões ambientais e o conceito de ‘desenvolvimento sustentável’, possibilitaram a elaboração posterior da categoria de ‘Patrimônio Natural’ pela UNESCO. Esta foi tomada ao longo do tempo sob duas perspectivas: como mais uma ferramenta de preservação ambiental, por meio da qual se tornou possível proteger áreas de interesse ecológico e; posteriormente, como meio de reconhecer e valorizar o significado cultural e a relação do homem com a natureza nessas áreas protegidas.

De acordo com Ribeiro e Zanirato (2006), desde o final do século XIX, já iniciava-se um debate entre ambientalistas norte-americanos a respeito do patrimônio natural e, a partir da década de 1990, a discussão ganha amplitude internacional por meio das várias convenções realizadas: a Conferência das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Meio Ambiente; a Conferência do Rio 1992, as convenções sobre mudanças climáticas e as convenções sobre diversidade biológica; dentre outras nas quais já se discutiam o desenvolvimento sustentável. Nestes debates surgiram novas visões sobre a relação entre o conceito tradicional de patrimônio e a nova categoria proposta de patrimônio natural. As tentativas foram de conciliar a ideia de preservação dos recursos naturais sem prejuízo de sua utilização no futuro, ou seja, os esforços foram voltados para buscar no conceito de patrimônio natural, sintonia com os pressupostos do desenvolvimento sustentável. (BLACH, 2020). Todavia, Ribeiro e Zanirato (2006) demonstram que ainda prevalece na definição de patrimônio natural a valorização visando as características ligadas à excepcionalidade, como a biodiversidade, a beleza cênica e a informação genética, “[...] ou seja, a conservação de áreas naturais ainda obedece à visão utilitarista, que predomina na sociedade capitalista [...]” (RIBEIRO, ZANIRATO, 2006, p. 261).

Posteriormente, o conceito de patrimônio cultural promoveu ruptura com a visão tradicional, que apenas caracterizava como passível de salvaguarda os bens culturais dotados de “excepcionalidade”. A partir de então, a incorporação das perspectivas teóricas que fundamentam a ideia de Patrimônio Imaterial possibilitou pensar a relação entre o homem e o meio ambiente como passível de salvaguarda, apesar de todas as dificuldades técnicas para fazê-la. O conceito de meio ambiente e de cultura passaram por alterações diante desta perspectiva. As valorizações do excepcional e do belo cedem espaço para a valorização do “comum” sem o qual o belo e o excepcional não podem

existir. Assim, “[...] uma paisagem não é apenas um conjunto de árvores, montanhas e riachos, mas sim uma apropriação humana dessa materialidade [...]” (FUNARI, 2006, p. 25).

Nesse sentido, busca-se alinhar à discussão desta temática o conceito mais atualizado sobre o assunto, a categoria redefinida pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), no Artigo 1º da Convenção do Patrimônio Mundial de 1999: Paisagem Cultural. Essa expressão, segundo Castriota (2009, p. 261), representa “[...] uma importante contribuição para se abordar a questão do desenvolvimento sustentável ao envolver mais de perto as próprias comunidades [...]” e oferece, ainda, condições de agregar novo sentido ao termo patrimônio natural, podendo romper com sua perspectiva utilitarista.

Paisagens culturais representam o trabalho combinado da natureza e do homem designado no Artigo 1º da Convenção. Elas são ilustrativas da evolução da sociedade e dos assentamentos humanos ao longo do tempo, sob a influência das determinantes físicas e/ou oportunidades apresentadas por seu ambiente natural e das sucessivas forças sociais, econômicas e culturais, tanto internas, quanto externas. Elas deveriam ser selecionadas como base, tanto em seu extraordinário valor universal e sua representatividade em termos de região geocultural claramente definida, quanto por sua capacidade de ilustrar os elementos culturais essenciais e distintos daquelas regiões. (UNESCO. Comitê do Patrimônio Mundial, 1999, *apud* CASTRIOTA, 2009, p. 261).

Desse modo, como demonstrado por Castriota, o conceito de paisagem cultural agrega ao conceito de patrimônio natural um componente humano por meio da análise da relação entre cultura e natureza. A partir dessa perspectiva, em que cidade, natureza e patrimônio cultural são pensados por meio de sua dinâmica e plasticidade, evidencia-se duas características contraditórias do processo de preservação: 1) A cidade é dotada de um constante processo de mudança pautado pela relação construir-destruir-reconstruir, ou seja, pode ser tomada como um “organismo vivo” com intensa dinâmica de transformação; 2) A cidade tomada como “obra de arte” a ser preservada é registro material do desenvolvimento da história e da cultura.

Como preservar um bem intrinsecamente dinâmico que acompanha e ao mesmo tempo registra o desenvolvimento da vida humana? Conforme defendem diversos dos autores consultados nesta pesquisa, a preservação do patrimônio natural em relação ao espaço urbano não trata de “congelar” a cidade no tempo, e sim de promover seu desenvolvimento, transformação e renovação de maneira

sustentável, de forma que não sejam privilegiados interesses econômicos de determinados segmentos da sociedade e seja valorizada sua cultura e sua memória.

Pensar a cidade como um “patrimônio ambiental” é pensar, antes de mais nada, no sentido histórico e cultural que tem a paisagem urbana em seu conjunto, valorizando um processo vital que informa a cidade e não apenas monumentos “excepcionais” isolados. (CASTRIOTA, 2009, p. 89).

Portanto, a concepção mais atualizada em relação à definição de patrimônio natural é a que considera como prioridade a preservação da qualidade de vida das pessoas e da sua relação com o meio ambiente urbano e os bens naturais e culturais. Sendo assim, utilizando-se dos conceitos apontados até o momento, buscou-se analisar o processo de tombamento da Serra de São José.

Figura 3: Vista da Serra de São José a partir de Tiradentes



Fonte: Wikimedia Commons. **Autora:** Sônia Rigueira.

Narrativas de preservação da Serra de São José (1979-1987)

As ações de preservação da Serra de São José tiveram início no final da década de 1970, em Tiradentes, MG, frente ao temor de que aquela localidade se transformasse em terreno a ser explorado pela indústria mineradora. (BLACH, 2020).

De acordo com o texto Patrimônio Ambiental de Tiradentes de autoria Luiz Cruz (2009), em 1977, o Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM) cedeu a uma mineradora a concessão para exploração de um terreno da prefeitura localizado na Serra de São José. No entanto, por meio de uma solicitação do Iphan, o alvará foi cancelado. Naquele mesmo ano, o Instituto Histórico e Geográfico de Tiradentes (IHGT) deu início a um movimento em prol da preservação da Serra e, em 1979, solicitou, pela primeira vez, o seu tombamento federal. Este processo vem se arrastando deste então e até o momento não foi concluído.

Estas iniciativas de preservação se inscrevem em um contexto mais amplo de difusão das questões ambientais no Brasil. De acordo com Ângela Alonso e Valentino Costa (2002), ocorreu uma progressiva especialização e abrangência da temática ambientalista a partir dos anos 1960, no Brasil. Com uma compreensão cada vez maior da área de influência do discurso ambientalista, que ganha espaço no campo intelectual e político, a questão ambiental é institucionalizada e fica submetida ao jogo político do poder.

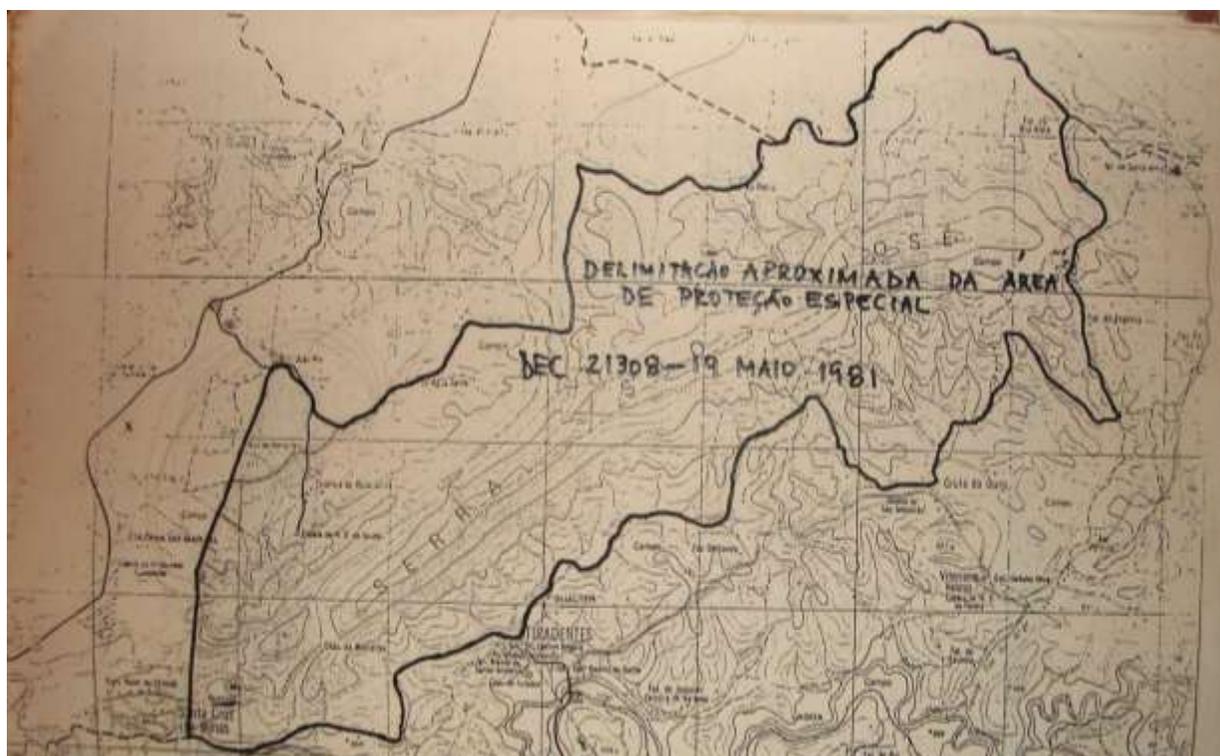
Ocorre mesmo a tradução de dimensões suas [ambientais] em problemas de política pública. Isto significa que os temas ambientais passam a estar sujeitos, portanto, às restrições impostas pela racionalidade administrativa, onde imperam as soluções pragmáticas (politicamente aceitáveis e economicamente viáveis para uma sociedade capitalista) e onde toda demanda, por mais justificável que seja do ponto de vista ambiental (ou econômico ou social), precisa levar em consideração os outros interesses organizados e representados na esfera pública. (ALONSO; COSTA, 2002, p. 116).

Por meio da análise das diversas classificações de Unidade de Conservação que a Serra de São José recebe do Poder Público, este processo torna-se explícito em Tiradentes. As iniciativas do IHGT, em prol da preservação da Serra de São José, levaram-na em 19 de maio de 1981 a tornar-se uma Unidade de Conservação. Por meio do Decreto Estadual nº 21.308, daquele ano, a Serra foi classificada pelo Governo de Minas Gerais como Área de Proteção Estadual Especial (APEE). [FIGURA 4]. O decreto determina a “[...] preservação de mananciais e do Patrimônio Histórico e Paisagístico [...]”, a preservação permanente de florestas e da vegetação natural e o estabelecimento de regras de

parcelamento do solo e sua ocupação. Nota-se que o decreto não menciona nem estabelece regras diretamente relacionadas com a atuação das mineradoras.

Porém, em virtude das “garantias” oferecidas por esse decreto, as mobilizações em prol do tombamento da Serra se acalmaram. Uma vez que a APEE saciasse as demandas de proteção da Serra e que o discurso presente no decreto convencesse aos agentes interessados da segurança da Serra, o seu tombamento tornava-se menos urgente. Sobretudo, pelo fato de o decreto determinar não somente a proteção ambiental como também do Patrimônio Histórico e Paisagístico. O que pode ser revelador da eficácia do discurso do decreto é o fato de não ter sido encontrada documentação em prol do tombamento da Serra nos anos imediatamente posteriores a 1981 e uma quantidade reduzida de documentação referente à sua preservação até 1986.

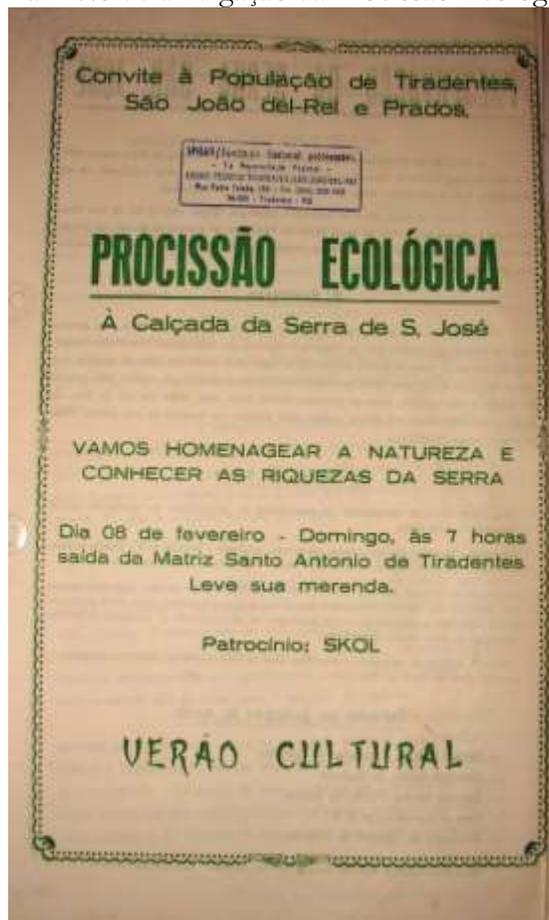
Figura 4: Gráfico da região da Serra de São José com a demarcação aproximada da área da APEE, 1981



Fonte: Arquivo do Iphan em Tiradentes, MG, digitalizado pelo autor mediante autorização da entidade detentora.

Em 1986 e 1987, as mobilizações pela proteção da Serra foram retomadas. Luiz Cruz (2009) relata que as mineradoras continuavam sendo uma ameaça. A maior parte da documentação encontrada nos arquivos do Iphan remete-se a este período. São diversos registros como panfletos sobre a preservação da Serra, relatórios de reuniões da Sociedade Amigos de Tiradentes (SAT, fundada em 1980 e extinta em 2006), eventos como uma Procissão Ecológica, a inauguração da Semana do Meio Ambiente de Tiradentes e estudos diversos de geólogos, biólogos e outros pesquisadores. [FIGURA 5]. Este grande volume de fontes revelou que aquelas garantias prometidas pela APEE se mostraram ineficazes e novamente os agentes interessados se viram diante da necessidade de novas mobilizações pela proteção da Serra, retomando também a discussão sobre o tombamento. (BLACH, 2020).

Figura 5: Panfleto de divulgação da Procissão Ecológica de 1987



Fonte: Arquivo do IPHAN em Tiradentes, MG, digitalizado pelo autor mediante autorização da entidade detentora

Em 1986 a SAT apresenta “Um Projeto para Salvar e Valorizar a Serra de São José”. O documento buscava ações para promover o estudo da biodiversidade da Serra, criar projetos de proteção das reservas biológicas, conscientizar a população da importância da preservação e encontrar “soluções realistas” para as relações conflituosas entre preservação ambiental, os interesses da população local e dos proprietários de terras na área da APEE. A perspectiva assumida pela SAT demonstra a preocupação com os impactos da preservação da Serra. Procuravam por meios de proteção que não prejudicasse as suas funções econômicas fundamentais para a comunidade, como a extração mineral para o artesanato, a areia e pedras usadas em construções e diversos outros fins.

A preocupação da SAT em conciliar os interesses conflitantes da sociedade sobre o destino da Serra revela que, àquela época, os ideais de preservação não eram unanimidade entre a população. Sobretudo, porque estes ideais vão de encontro com os meios de sobrevivência de diversos indivíduos que dependiam de atividades relacionadas à exploração de recursos na Serra de São José. Contudo, com o discurso sobre a necessidade de impedir a ação das mineradoras e refrear as ações isoladas de proprietários de terra que depredavam a Serra, a SAT propôs este projeto visando à conscientização da sociedade diante da preservação e buscando uma via conciliatória semelhante à do desenvolvimento sustentável.

O retorno dos projetos de preservação, a partir de 1986, evidencia que o decreto da APEE não se mostrou eficaz para proteger a Serra. As divergências com os proprietários de terras, a prática de queimadas, a ameaça das mineradoras, o extrativismo mineral, a especulação imobiliária, a necessidade de uma conscientização ecológica da população e diversos outros fatores continuam sendo problemas recorrentes. (BLACH, 2020). Questões sociais sobre o sentido da preservação, sobre os usos da Serra e sobre os impactos diretos na vida econômica da população são refletidas na documentação da época, sobretudo, nos relatórios produzidos pela SAT cuja liderança era composta também por membros da sociedade civil. Uma grande variedade de ações foi iniciada ou retomada em prol da preservação da Serra de São José, levando também o Sphan a elaborar um dossiê que levou a classificação da Serra como uma Área de Proteção Ambiental (APA). A situação parecia assumir caráter de emergência devido à quantidade de ações tomadas pelas mais variadas instâncias em prol da preservação.

É notório a inexistência de discussões que colocassem em questão a delimitação da área de tombamento ou da área de entorno do sítio. Esta ausência pode ser reveladora de uma perspectiva

consolidada de que o tombamento e a “cidade histórica” contemplavam apenas o ambiente construído. Assim, pode-se raciocinar a partir da metáfora em que o ambiente natural, nesse caso, foi apreendido como uma “moldura” onde o artista exhibe e protege seu trabalho. De fato, em diversos registros e até os dias atuais é recorrente a referência à Serra de São José como “moldura” da cidade e não como elemento primordial dessa “obra de arte” chamada Tiradentes.

A Serra de São José e as Unidades de Conservação Sobrepostas (1987-2009)

Em 1987, o escritório técnico do Iphan de Tiradentes enviou para apreciação e avaliação competente o dossiê de classificação da Serra como uma Área de Proteção Ambiental (APA). Dessa forma, foi requerida a criação da APA sob a mesma delimitação definida pelo decreto da APEE. Em suma, essa nova categoria de proteção da Serra, proposta nestes termos, tem a mesma função do decreto de 1981, figurando-se como mais um possível meio de preservação. Em 1989, mediante ausência de respostas satisfatórias, este processo foi novamente requerido até que, em 16 de fevereiro de 1990, por meio do Decreto Federal nº 30.934, o dossiê da APA foi aprovado.

Assim como o decreto da APEE, este também vislumbra a preservação da Serra como patrimônio histórico e paisagístico. Todavia, tal iniciativa parece ter levado à discussão sobre o tombamento novamente ao ostracismo. Porém, em contrapartida, Luiz Cruz (2009) sugere que as pressões pela preservação ambiental não retrocederam, mas sim, acentuou-se a mobilização para a efetiva aplicação dos termos contidos nestes decretos. Por ser uma área de Mata Atlântica, a Serra também enquadra-se na classificação de Reserva da Biosfera declarada pela Unesco, em 1994. Por último, em 2004, a Serra foi classificada também como Refúgio Estadual da Vida Silvestre (REVS) devido à libélula da Serra de São José. Esta nova categoria coloca em questão a exploração sustentável dos recursos naturais prevista nos decretos anteriores. A partir de então, a preservação deveria seguir critérios mais rigorosos em que mesmo o uso sustentável encontra limitações. Estas diversas definições da Serra como Unidades de Conservação sobrepostas garantiram, em 2007, seu reconhecimento como Mosaico de Unidades de Conservação.

Em 2009 e 2010, novas mobilizações pela preservação da Serra foram iniciadas. O IHGT lançou uma campanha de retomada em prol do tombamento e a partir de então ocorreram diversas mobilizações com o mesmo objetivo. Infere-se que, além da demora provocada por empecilhos

técnicos e burocráticos, o projeto de tombamento vem se arrastando desde 1979 porque entrou em um ciclo de “esquecimento” e retomada. Em 1981, o decreto da APEE pareceu ser suficiente para saciar as demandas de preservação da Serra. Nos anos imediatamente posteriores, foi detectado um esfriamento da efervescência da sociedade civil em torno do tombamento, sobretudo, devido ao fato de que o decreto previa a salvaguarda da Serra como Patrimônio Histórico e Paisagístico. Entretanto, em 1986, as mineradoras continuavam ameaçando a Serra e a partir de então o projeto de tombamento foi “relembrado”. Em 1990, foi lançado o decreto da APA e nos anos posteriores o tombamento entrou em nova fase de ostracismo. O ciclo repete-se em 2002/2004 – diante de novas ameaças que surgem e a classificação da Serra como REV’s – e mais uma vez em 2009/2010. Em 2019 o Iphan reabriu o processo de tombamento da Serra.

O conteúdo dos decretos e do próprio tombamento do núcleo urbano, enquanto sua função e delimitação da área a ser preservada, é muito semelhante e cada um deles, por si só, se colocado em prática, deveria ser suficientemente capaz de oferecer aparato jurídico para proteger a Serra. Porém, detecta-se a ineficiência destes decretos: o grande número de cópias de processos judiciais e registros de ocorrência policial sobre denúncias de depredação ambiental na Serra presentes no arquivo do Iphan em Tiradentes revela que as unidades de conservação não foram de fato implantadas.

Considerações finais

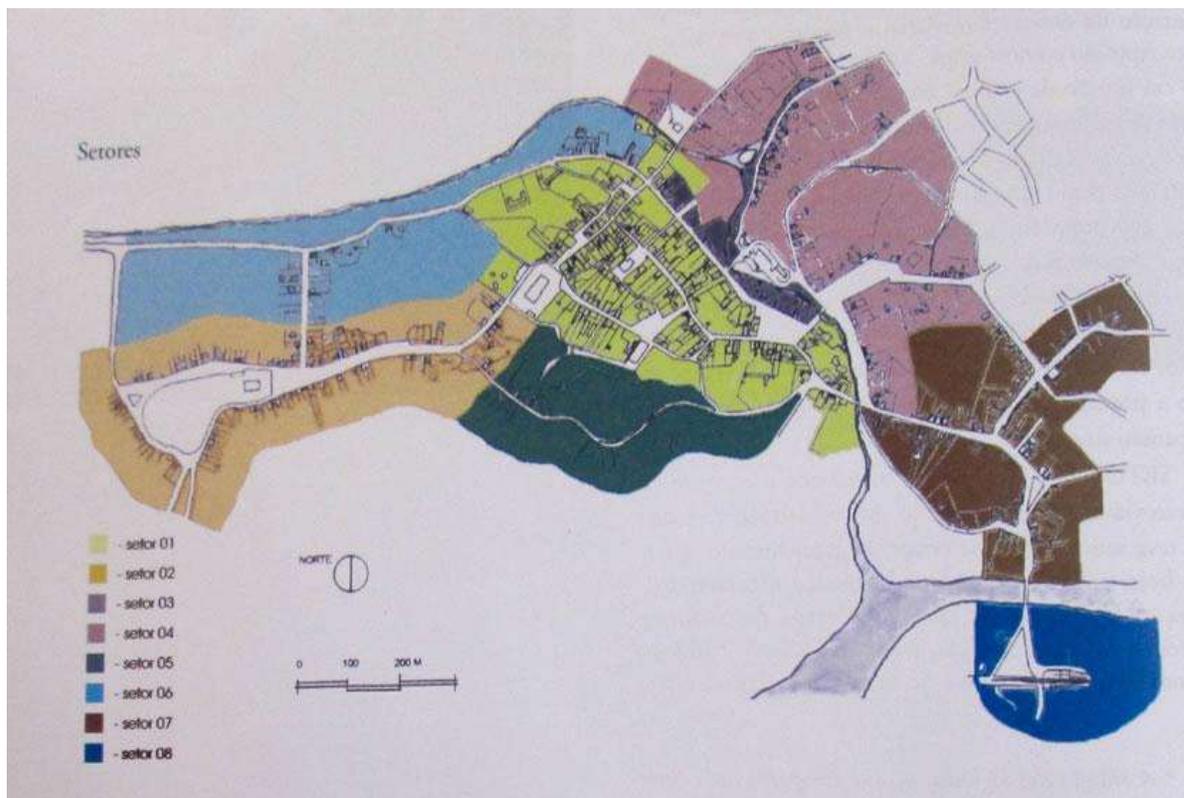
Cada vez que foi constatada a ineficiência de um decreto, a sociedade civil e as instituições interessadas mobilizavam-se pela preservação da Serra de São José, sendo retomada também a discussão sobre o seu tombamento isolado. A documentação levantada reflete a tônica do discurso ambientalista que se difunde no Brasil desde a década de 1960 no qual, apesar de não ter sido encontrado o termo desenvolvimento sustentável de forma explícita, seus preceitos estão diluídos nas proposições dos projetos de proteção da Serra de São José que buscam sempre conciliar a preservação ambiental com o desenvolvimento econômico da região, sobretudo a cidade de Tiradentes.

Desse modo, é notório que o discurso de preservação priorizava as questões de valor genético, natural, excepcional da Serra de São José – mesmo apesar de os decretos vislumbrarem a proteção como patrimônio histórico e paisagístico. A inexistência da delimitação da área de tombamento do sítio histórico de Tiradentes na década de 1930 é reveladora de uma perspectiva em que o conceito de

patrimônio estava associado à noção de excepcionalidade dos bens que foram valorizados e sua interpretação como obra de arte.

Com a crescente abrangência do campo da ecologia e as ressignificações sucessivas por quais passaram os conceitos de patrimônio cultural e de entorno de bens tombados, não se justifica que a Serra de São José não esteja inserida na área de proteção do tombamento da cidade até os dias atuais, sobretudo, com tamanha comoção e mobilização de comunidades locais. Em uma publicação do Iphan em parceria com o Senado Federal, “Cidades históricas, inventário e pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes” (BRASIL, 2007), são propostas normas e regras para a administração de ações voltadas para a preservação do patrimônio cultural na cidade de Tiradentes. As propostas estão em sintonia com as pesquisas mais recentes sobre o tema. A publicação revela diversas questões conceituais e sugestões atualizadas com as normas para o uso e a ocupação do solo. Contudo, diante dos diversos processos jurídicos encontrados nos arquivos, foi possível identificar que estas normas também não foram colocadas em prática de maneira generalizada. Além do mais, a proposta de zoneamento da cidade em oito diferentes áreas de proteção não abarca o ambiente natural e a Serra de São José, revelando que, apesar dos avanços, ainda é possível detectar permanências de uma perspectiva mais tradicional do conceito de patrimônio cultural (Figura 6):

Figura 6: Proposta de zoneamento do centro histórico da cidade de Tiradentes realizada pelo Iphan, a Serra de São José sequer é representada no mapa.



Fonte: BRASIL. Senado Federal. Cidades Históricas; Inventário e Pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes. Edições do Senado Federal. Vol. 83. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.

Ao tomar a cidade como o núcleo urbano consolidado até aquele momento, a exclusão praticamente automática do ambiente natural em detrimento do ambiente construído demonstra o quanto os debates a respeito do patrimônio natural estavam distantes da constatação de que a paisagem é uma apropriação/transformação humana de condicionantes naturais que possibilitaram o desenvolvimento da vida naquele lugar. Assim, pode-se destacar:

[...] a importância da relação entre ser humano e natureza esquivando-se de possíveis reducionismos e determinismos geográficos, pois, a abundância de minerais, o clima favorável e a localização estratégica, tomados como elementos naturais, não teriam significado para História sem a intervenção daqueles Homens que se apropriaram e modificaram o meio físico atribuindo-lhe também, valor simbólico de forma que se tornou possível a ocupação do espaço e a fundação dos arraiais que deram origem as cidades de Tiradentes e de São João Del-Rei.(BLACH, 2020, p. 75).

Por fim, em relação ao processo de tombamento isolado da Serra, cabe ressaltar o quão relevante e adequado pode ser a Chancela de Paisagem Cultural cuja ampliação conceitual dá conta de uma complexidade maior de elementos estruturantes da história, cultura e identidades locais.

Referências bibliográficas:

- ALONSO, Angela; COSTA, Valeriano. Por uma Sociologia dos conflitos ambientais no Brasil. In ALIMONDA, Héctor. **Ecología Política: Naturaleza, sociedad y utopía**. CLACSO: 2002.
- BLACH, Matheus Cássio. **Patrimônio Natural & Desenvolvimento Sustentável: história, conceitos e estudo de caso**. Timburi/SP: Cia do Ebook, 2020.
- BRASIL. Senado Federal. Cidades Históricas; Inventário e Pesquisa: Projeto Piloto Tiradentes. **Edições do Senado Federal**. Vol. 83. Rio de Janeiro: IPHAN, 2007.
- BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do desenvolvimento sustentável. in CAVALCANTI, Clóvis et al. (org.). **Desenvolvimento e natureza: estudos para uma sociedade sustentável**. Recife: INSPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, 1994, p. 14-20.
- CASTRIOTA, Leonardo Barci. **Patrimônio Cultural: conceitos, políticas, instrumentos**. São Paulo: Annablume; Belo Horizonte: IEDS, 2009.
- CEDRO, Marcelo. **Tiradentes: origens de sua fundação (1702-1718)**. Monografia (Departamento de História - PUC Minas), mimeo, 1999.
- CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. 3ª Ed. São Paulo: Estação Liberdade: UNESP, 2006.
- CHUVA, Márcia Regina Romeiro. **Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)**. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2009.
- CHUVA, Márcia. Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado. **Revista Topoi**. Rio de Janeiro; v. 4, n.7, jul.-dez, 2003, p. 313-333.
- CRUZ, Luiz. **Contribuição para o Tombamento Federal da Serra de São José, pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. 2009. Arquivo pessoal do autor.
- DUARTE, Regina Horta. **História & Natureza**. Belo Horizonte: Autêntica: 2005.
- FONSECA, Maria Cecília Londres. **Patrimônio em processo**. Brasília: IPHAN, Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 2005.
- FUNARI, Pedro Paulo Abreu; PELEGRINI, Sandra C. Araújo. **Patrimônio Histórico e Cultural**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2006.
- GIDDENS, Anthony. **Mundo em Descontrole**. Trad. Maria Luiza X. de A. Borges. Rio de Janeiro, São Paulo: Editora Record, 2002.
- GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; IPHAN, 1996.

HOBBSAWM, Eric J. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914-1991**. Tradução: Marcos Santarrita, Revisão técnica: Maria Célia Paoli; São Paulo, Companhia das Letras: 1995.

HOBBSAWM, Eric J. **Globalização, Democracia e Terrorismo**. Tradução Marcos Santarrita; São Paulo, Companhia das Letras: 2007.

JULIÃO, Leticia. O SPHAN e a cultura museológica no Brasil. **Estudos Históricos**, v.22, n.43, Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, jan-jul. 2009, p. 141-161.

MÉSZÁROS, István. **Para além do Capital**. São Paulo: Editora da UNICAMP & Boitempo Editorial: São Paulo: 2002.

MOTTA, Lia. THOMPSON, Analucia. **Entorno de Bens Tombados**. Rio de Janeiro: IPHAN/DAF/Copedoc, 2010.

REIS, José Carlos. **As identidades do Brasil: de Varnhagen a FHC**. 3. ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas Editora, 2000.

RIBEIRO, Wagner Costa, ZANIRATO, Silvia Helena. Patrimônio Cultural: a percepção da natureza como um bem não renovável. **Revista Brasileira de História**, ano/vol. 26, n. 51. São Paulo: Associação Nacional de História, 2006, p. 251-262.

SALGADO, Marina. Legislação X Paisagem urbana: estudo de Caso da Cidade de Tiradentes, MG. **Anais do XVI Congresso Nacional CONPEDI**. 2007 pp. 1675- 1696.